



*Ata de Julgamento do recurso apresentado pela empresa  
COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS CNL DE SÃO GONÇALO*

*Processo de Origem: 18.673/2019*

*Processo de Recurso: 5.408/2020*

*Tomada de Preços: 005/2020*

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 11:30 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão de Licitação sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Flavio Fernandes José da Silva e Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira nomeados através da Portaria Nº 542 de 11 de julho de 2019, para julgamento recurso referente ao Processo nº 18.673/2019, licitação na modalidade Tomada de Preços de nº 005/2020 do tipo menor preço global, onde será classificada a proposta que apresentar o menor valor global sob regime de execução indireta por empreitada por preço unitário visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA E VESTIÁRIO, NO BAIRRO BICUÍBA, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**. Reuniu-se esta comissão. para análise do recurso apresentado pela empresa **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS CNL DE SÃO GONÇALO**, através do processo nº **5.408/2020**. Em síntese, a ora recorrente alega em seu memorial que seja dado provimento ao presente recurso para considerar a ora recorrente habilitada para prosseguir no certame. A sessão pública para divulgação do resultado de habilitação das empresas credenciadas ocorreu no dia onze de março de dois mil e vinte, iniciando o prazo legal para apresentação de recursos em doze de março de dois mil e vinte e encerrando em dezoito de março de dois mil e vinte. A recorrente protocolou o seu memorial recursal tempestivamente em dezessete de março de dois mil e vinte. Inicialmente faço saber que na data de cinco de março de dois mil e vinte, conforme ata de credenciamento e abertura de envelopes a empresa em seu credenciamento não apresentou cópia do seu estatuto social no seu credenciamento, descumprindo os itens 5.2, 5.3 e 5.4 do edital, além de apresentar cópia de identificação de seu representante legal autenticada por servidor não pertencente ao departamento de licitações e contratos administrativos, conforme itens 8.7 e 8.8 do edital, o que não inabilitou a licitante conforme previsto no item 5.5 do edital. Após análise da documentação apresentada pela recorrente, com resultado divulgado no dia onze de março de dois mil e vinte a recorrente foi inabilitada para o certame como segue: pelo não atendimento do item 9.1.3.5 do Edital e pelo não atendimento do item 1.4 do Edital (doc. ref. ao item 9.1.4.1 do Edital). Em ref. ao item 9.1.3.5 a empresa apresentou contrato social registrado na junta comercial em vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezoito a qual apresenta o capital social no valor de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais), porém nos documentos apresentados em seu balanço patrimonial, cujo fechamento sagrou-se em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, se pôde constatar que o valor do capital social chegou ao valor



de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) conforme comprovado à fl. 21 do diário 8. Nas alegações do memorial recursal a empresa alega: “...Os motivos ensejadores da inabilitação da ora Recorrente foi baseado em documento que só pode ser demonstrado com o fechamento anual, quando os dados financeiros são conciliados e consolidados. Querer fazer valer valores contabilizados na data do certame é **afrontar diretamente a lei quando expressamente proíbe o uso de balancetes ou balanços provisórios...**” Eis que em análise técnica confrontamos com o art. 31, inciso I da Lei 8.666/93 que em sua redação segue *in verbis*:

“[...]

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;(grifo nosso)*  
[...]

Em análise ao artigo supracitado, é previsto conforme a lei que a empresa apresente índices de atualização para comprovação de sua qualificação econômico-financeira, o que é complementado pelo item 9.1.3.2. do edital conforme também segue *in verbis*:

*“9.1.3.2. Acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assinado pelo sócio administrador e contador responsável devidamente registrado no CRC, acompanhado da certidão de regularidade do profissional.(grifo nosso)”*

Visto e examinado os autos, verificou-se que a empresa não apresentou índices de atualização e em análise ao balanço patrimonial apresentado em seus documentos não possui capital social compatível com o exigido no edital em seu item 9.1.3.4.

Em referência à inabilitação pelo não atendimento do item 1.4 do edital, verifica-se conforme a redação que segue *in verbis*:

*“1.4 Inexistindo prazo de validade em qualquer documento, serão aceitas aquelas cujas expedições / emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.”*

No documento referente ao item 9.4.1.1 apresentado pela empresa recorrente (cadastro nacional de pessoa jurídica) data-se de 15/04/2019 (quinze de abril de dois mil e dezenove), tendo em vista as alterações e atualizações que podem ocorrer em relação a empresa tais como alteração de objeto social, situação cadastral, porte entre outras... Verifica-se que a empresa não apresentou documento atualizado o que descumpra com o item 1.4 do edital a qual a CPL encontra-se estritamente vinculada.

Logo, vistos examinados os autos e o recurso apresentado, a CPL dele toma conhecimento porque tempestivo, datado de 17/03/2020 (dezessete de março de dois mil e vinte) e decide pelo não provimento do mesmo por entender que **NÃO ASSISTE RAZÃO** a recorrente em suas alegações. E por não restar dúvidas quanto a legalidade dos procedimentos realizados na fase externa deste certame, encaminhe-se a PGM para ciência e emissão de parecer jurídico e após encaminhe para autoridade competente para ciência e anuência quanto aos atos praticados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**Prefeitura Municipal de Saquarema**  
Departamento de Licitações e Contratos



pela Comissão Permanente de Licitação. Não havendo mais nada a acrescentar, foi encerrada a sessão às 12:30 horas, da qual eu, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

**Samuel Aranda Neto**  
Presidente da Comissão de Licitação

Flavio Fernandes José da Silva

Guilherme Vinícius e Castro S. da Silveira

Jaqueline Gouveia da Silva